GABRIEL PIRES DE CAMPOS SORMANI

**A necessidade de publicidade na apuração de crimes envolvendo
agentes públicos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Dra. Janaína Conceição Paschoal

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo
2018**

Gabriel Pires de Campos Sormani

A necessidade de publicidade na apuração de crimes envolvendo agentes públicos

p. 271

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

I. Paschoal, Janaína Conceição, orientadora. II. Título.

À Laura e João.

AGRADECIMENTOS

Dentre as várias pessoas que viabilizaram este trabalho, há algumas às quais devo especial reconhecimento.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora Professora Janaina Conceição Paschoal. Desde o início das aulas na pós-graduação me chamaram muito a atenção não só seu brilhantismo, depois conhecido pelo Brasil todo, mas sua postura direta, sem afetações. Foi uma honra ter sido aceito como orientando, oportunidade que, se não aproveitei para produzir um texto melhor, só a mim há de ser a responsabilidade imputada, jamais à enormemente solícita e comprometida Professora. Muito obrigado!

Aos Professores José Raul Gavião de Almeida e Guilherme Cunha Werner, que compuseram a Banca de Qualificação, agradeço pelos valiosos apontamentos, indicações de obras e incentivo.

Minha gratidão aos colegas de pós-graduação Nelson Lacava, João Santa Terra, Rafael Dantas e Bianca Cesário. E aos colegas de profissão Rubens Hideo Arai, Rodrigo Marzola Colombini, Antônio Augusto Galvão de França, André Gonçalves Fernandes, Henrique de Castilho Jacinto e Renata Mota Maciel Madeira Dezem.

Agradeço à minha esposa Claudia, sempre compreensiva e companheira, incentivadora e transmissora de confiança para tudo o que faço. Ao meu irmão Renato, meu melhor amigo. E aos meus pais, Carolina e Adolpho, dos quais o infinito amor que recebi está por trás de cada pequena conquista da minha vida.

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Sigilo e sua proteção jurídica.	17
1.1. Sigilo e segredo: etimologia e conceito.	17
1.2. O segredo de justiça.	20
1.2.1. <i>Histórico e linhas gerais.</i>	20
1.2.2. <i>Fundamentos do segredo de justiça.</i>	23
1.2.3. <i>Intimidade, vida privada, honra e imagem.</i>	26
1.2.4. <i>Interesse social e interesse público.</i>	30
1.2.5. <i>O interesse público à informação e a Emenda Constitucional 45/2004.</i>	35
1.2.6. <i>O interesse da justiça.</i>	36
1.2.7. <i>A constitucionalidade do art. 93, IX, da CF/88 pós EC 45/2004.</i>	38
1.2.8. <i>Princípio da proporcionalidade e segredo de justiça.</i>	40
1.3. Outras maneiras pelas quais a proteção ao sigilo se manifesta no ordenamento jurídico.	45
1.3.1. <i>Segredo profissional.</i>	45
1.3.1.1. <i>Possibilidade de se excepcionar o sigilo profissional.</i>	48
1.3.2. <i>Sigilo de fonte jornalística.</i>	49
1.3.2.1. <i>Controvérsia quanto ao caráter absoluto da proteção ao sigilo de fonte.</i>	53
1.3.3. <i>Sigilo funcional.</i>	56
1.3.4. <i>Sigilo de correspondência e de comunicação.</i>	59
1.3.4.1. <i>Interceptação telefônica e captação ambiental.</i>	67

1.3.5.	<i>Sigilo bancário e fiscal.</i>	74
1.3.6.	<i>Sigilo de Estado e Lei de Acesso à Informação.</i>	77
2.	Publicidade, sensacionalismo e democracia.	83
2.1.	População consciente e o Direito como ordenador da comunidade.	83
2.2.	Democracia e transparência.	85
2.3.	Liberdade de consciência e de expressão	88
2.4.	Liberdade de imprensa e sensacionalismo penal.	92
2.4.1.	<i>Crítica às críticas ao suposto populismo penal midiático.</i>	104
2.5.	Publicidade e totalitarismo.	122
2.6.	Vazamentos de informações sob sigilo.	128
2.6.1.	<i>Impossibilidade de transferência de responsabilidade para a imprensa.</i>	129
2.6.2.	<i>Risco ao princípio da presunção de inocência.</i>	131
2.7.	Mídia e influência sobre as decisões judiciais.	134
2.7.1.	<i>Mídia e influência negativa sobre os juízes.</i>	134
2.7.2.	<i>A influência positiva.</i>	139
2.7.3.	<i>Independência funcional.</i>	143
2.7.4.	<i>Ativismo judicial.</i>	146
3.	A publicidade na apuração de crimes envolvendo agentes públicos como corolário da democracia e como instrumento de combate à corrupção política.	158
3.1.	Corrupção: um dos mais prementes problemas nacionais.	158
3.1.1.	<i>Conceito de corrupção, características fundamentais e práticas correlatas.</i>	158

3.1.2. <i>Dimensão histórica mundial, prejuízos e percepção social.</i>	166
3.1.3. <i>Aspectos socioculturais da corrupção no Brasil.</i>	174
3.1.4. <i>Aspecto político-econômico: impunidade.</i>	187
3.1.5. <i>Desmonte das redes difusas.</i>	198
3.1.5.1. <i>Accountability.</i>	199
3.1.5.2. <i>Transparência.</i>	200
3.1.5.3. <i>Liberdade de imprensa.</i>	202
3.1.5.4. <i>Representatividade política e responsiveness.</i>	203
3.1.5.5. <i>Insulamento burocrático e desburocratização.</i>	206
3.1.5.6. <i>Proteção e garantia de anonimato aos denunciantes.</i>	208
3.1.5.7. <i>Multidisciplinariedade e envolvimento de diferentes setores da sociedade.</i>	211
3.2. <i>As organizações criminosas.</i>	212
3.2.1. <i>Avanço da sofisticação criminal e Lei 12.850/13.</i>	212
3.2.2. <i>Corrupção e entendimento contemporâneo sobre crime organizado.</i>	219
3.3. <i>A importância da publicidade na apuração de crimes envolvendo agentes públicos: compatibilidade com o ordenamento, obrigatoriedade, conveniência e análise de casos notórios.</i>	222
3.3.1. <i>Compatibilidade da ampla publicidade com o ordenamento vigente e sua proporcionalidade em relação aos riscos de exposição aos envolvidos.</i>	224
3.3.2. <i>Imperiosa observância da obrigatoriedade da ampla publicidade pelo juiz.</i>	231
3.3.3. <i>Relevância da publicidade contra interferências externas e como garantia de continuidade dos processos criminais.</i>	233
3.3.4. <i>Operação Castelo de Areia.</i>	237
3.3.5. <i>Mensalão.</i>	251

3.3.6. <i>Operação Lava-Jato.</i>	255
Conclusão.	264
Bibliografia	267

RESUMO

A proteção ao sigilo se manifesta de diversas formas no ordenamento jurídico, em vários institutos. A maioria dos quais tem como escopo primordial a proteção da intimidade dos indivíduos. Há uma tensão, contudo, a ser solucionada entre essa proteção da intimidade pelo sigilo e a necessidade de publicidade em razão do interesse público. No caso do segredo de justiça nos processos criminais, essa tensão é especialmente sensível. O exercício do poder político, contudo, não convive bem com o sigilo. A democracia moderna exige transparência em tudo o que envolve a coisa pública. Assim, na apuração de crimes envolvendo agentes públicos, essa tensão entre o direito à intimidade e o interesse público resolve-se de forma substancialmente menos subjetiva, em benefício da publicidade. Muitos argumentam, em defesa de restrições à publicidade processual excessiva, que ela contribui para um sensacionalismo midiático produtor de um populismo penal de caráter conservador, o qual alimenta um “hiperpunitivismo”. Nessa linha, os críticos citam risco de perda de isenção dos julgadores e de desrespeito à intimidade dos envolvidos, com retrocesso às liberdades democráticas e promoção de uma atmosfera totalitária. Relativizamos essas críticas, que entendemos exageradas, pois não verificamos uma uniformidade da maioria da grande imprensa promovendo clamor por mais punições, a não ser, exclusivamente, nos casos de crimes bárbaros e nos casos de corrupção. Ademais, mesmo nesses casos, não se verifica na grande imprensa uma maioria clamando por penas draconianas, menos ainda nos casos de corrupção, nos quais a imprensa e a sociedade pedem, majoritariamente, apenas a aplicação imparcial das leis e o fim da impunidade. Quanto aos temores de avanço de um estado policalesco e desrespeitador das liberdades individuais, vemos uma inversão de valores, nesses argumentos em favor das restrições à publicidade, a qual desconsidera que o direito à intimidade protege o indivíduo enquanto membro do corpo social, não enquanto participante da máquina pública. Ela protege a população dos poderes ocultos, não o contrário. A sociedade é a vítima nos crimes de corrupção, nos crimes em que agentes públicos e amigos do poder são acusados de terem lesado o erário. A garantia de isenção dos magistrados não pode se dar por meio de imposições de sigilo processual para que eles não sejam influenciados pelas notícias que depois surgirão. Há de se

dar, isso sim, com o fortalecimento da independência funcional, a qual não pode ser confundida com ativismo judicial, o qual, na verdade, prejudica a independência e a imagem do Judiciário. Considerando a gravidade da corrupção nos dias de hoje e seu profundo enraizamento nas instituições brasileiras, em um quadro de corrupção sistêmica praticada por meio de redes difusas e fluidas, é preciso que o Direito apresente respostas eficazes e proporcionais. É claro que a corrupção deve ser atacada em várias frentes. A minoração do problema exige uma abordagem multidisciplinar, sob diferentes ângulos. A impunidade é apenas uma das facetas que devem ser enfrentadas. Mas ela tem a seu favor, no caso dos crimes de corrupção em geral, a natural dificuldade de produção probatória e os riscos de interferência externa na atividade policial e jurisdicional. No que toca a esse enfrentamento, portanto, a publicidade processual ampla se mostra como um direito das vítimas e uma ferramenta fundamental no sentido de garantir o interesse da justiça, de garantir a regular prestação jurisdicional. A história recente do país demonstrou que a ampla publicidade processual e a constante mobilização social possuem uma correlação direta com a chegada ao fim de processos importantes envolvendo figuras poderosas, amigas do poder e outrora inatingíveis pelo direito penal, com julgamentos de mérito e eventuais condenações.

ABSTRACT

Secrecy and its protection manifest in different circumstances in the legal system, but most of them aim to protect the intimacy of citizens. There is a tension to be solved, however, between this intimacy protection and the necessity of publicity derived from public interest. When it comes to criminal procedures and prosecutions, this tension is especially tangible. The exercise of political power, nevertheless, does not go well with secrets though. Modern democracy demands transparency in every aspect involving public affairs. Thus, in the investigation of crimes committed by government agents this tension between the right of intimacy and the public interest is solved in a substantially less subjective manner in benefit of publicity. Many critics argue in favor of restrictions of excessive publicity saying it fuels media sensationalism that produces conservative criminal populism which results in punitive excess. In this sense, critics mention the risks of less impartiality by judges and disrespect of the privacy of everyone involved resulting in backsets of the democratic freedom conquests and promotion of a totalitarian atmosphere. We tend to relativize these exaggerated criticisms since there are no uniform trends in main mass media companies asking for more criminal punishments, except maybe for barbarian violent crimes and for corruption situations. Besides, even in these cases the majority of media conglomerates do not demand draconian treatments, even less in corruption cases for which the hopes are only the impartial enforcement of the law and the end of total impunity. As for the fears of a growing and disrespectful of individual liberties police state, we detect a bit of a moral value inversion in the arguments for the restriction of publicity, because they disregard that the right of intimacy protects the citizens while members of the social body, not while participants of the state machine. It protects the population from the *arcana imperii*, from the secret powers, not the other way around. Society is the victim of the corruption crimes, that is, of the felonies against tax payer's money practiced by public servants and the private friends of power. The guarantee of impartiality of the judges cannot be imposed by keeping law suits and investigations secret so that they are not influenced by the news and the exploration of the facts by the press. What the guarantee of impartiality demands is the strengthening of the independency of the judges, which on the other hand can't be misrepresented by the judicial activism which actually harms the

independency of the judges in the long term and the image of the judicial system. Considering the severe endemic corruption of today and its deep roots planted in Brazilian institutions working in fluid and diffuse networks, it is evident that efficient and proportional law enforcement responses are needed. Corruption must be attacked by different approaches. To try and diminish the problem different angles and facets of it have to be faced with multidiscipline resources. Impunity is only one of these facets, but it has to be confronted firmly even though the natural difficulties of complex evidence production and external interferences in judicial and police activities are often factors that play on its side. Broad and vast publicity in the criminal investigation and procedures, outside the situations when the secrecy is absolutely necessary for the success of the evidence collecting process, are a legit right of the victims and an important tool in the interest of justice to guarantee the prosecutions get to the end. The recent history of our country has shown that broad publicity keeping the public opinion constantly mobilized have a direct correlation with corruption investigations and prosecutions going to the end when involving former untouchable powerful figures and resulting in their convictions eventually.

INTRODUÇÃO

Platão, no Livro II de “A república”, nos conta sobre o mito de Giges, um ordinário pastor de ovelhas que certo dia, após um tremor de terra, encontra em uma das fendas abertas no solo um cadáver, de quem retira um anel de um dos dedos, um anel mágico. O simplório pastor descobre que girando o anel para baixo se torna invisível. Girando para cima, volta ao normal. Ele vai então ao palácio real e lá, invisível, mata o rei, toma a rainha e o poder¹.

O que o filósofo propõe é a reflexão sobre até que ponto nossos escrúpulos são os mesmos, nossa moral é a mesma, quando não somos vistos, quando nossos atos não podem ser descobertos, quando temos certeza da impunidade. E sobre o quanto isso é ainda mais sensível quando essa invisibilidade se encontra próxima ao poder. Se o poder pode corromper, o poder absoluto, que deriva da invisibilidade, corrompe absolutamente.

A corrupção política, a corrupção do poder, é algo que sempre existiu, em todas as épocas, em todos os locais, em maior ou menor medida. No Brasil, contudo, por razões históricas, socioculturais e institucionais ela, há tempos, vem se mostrando um problema especialmente grave e persistente. Sistêmico. Somando-se às razões mencionadas acima, a impunidade, a certeza dela por parte dos chamados donos do poder, na expressão de Faoro, e de seus amigos, mesmo aqueles de ocasião, surge como uma mazela difícil de ser combatida e que completa o contexto ideal para a prosperidade da corrupção e manutenção do nosso país em um eterno estado de desenvolvimento por acontecer, mas que não acontece.²

Pela expressão “corrupção” entenda-se, aqui, não apenas os delitos específicos de corrupção passiva e ativa dos artigos 317 e 333 do CP, mas, essencialmente, a desonestidade no processo de decisão política mediante o desvio dos critérios legais em troca de vantagem ilícita; o uso do poder público

---

¹ PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 56.

² País subdesenvolvido, país do futuro, país em desenvolvimento. Os nomes vão mudando.

para alcançar objetivos privados.³ Nesse conceito se incluem, além dos delitos já mencionados, dezenas de outros que possuem o Estado, do ponto de vista estritamente técnico-jurídico, como o sujeito passivo, mas cujas verdadeiras vítimas são os cidadãos, a sociedade.

Recentemente, alguns escândalos de corrupção amplamente noticiados pela imprensa, e cujos conteúdos dos processos judiciais foram divulgados como nunca antes, acabaram, finalmente, de forma inédita na história nacional, tendo os seus poderosos responsáveis levados à Justiça. Às claras. Essa situação inflamou debates, não de todo inéditos, sobre o direito à intimidade dos acusados em geral, presunção de inocência, sensacionalismo e perda de isenção por parte dos Juízes. Sobressaíram nas críticas à ampla publicidade os alertas, também não novos, dos riscos à democracia, dos riscos da demagogia, dos riscos do punitivismo populista, dos riscos de incentivo a um estado de coisas perigosamente “orwelliano”. Argumentos jurídicos à parte, esse tom acima mencionado se verifica, explícita ou implicitamente, na maioria das críticas mais duras à publicidade que receberam os processos, por exemplo, do “Mensalão” e da “Operação Lava Jato”. É o mesmo tom presente nas críticas à “Operação Castelo de Areia”, à “Satiagraha”, a casos que mobilizaram a sociedade como a morte da menina Isabella Nardoni, a morte dos pais de Suzane Richthofen, entre outros.

A presente dissertação se propõe a demonstrar que há nessas críticas uma inversão de valores e um desrespeito às verdadeiras noções de democracia e de interesse público, especialmente nos casos de corrupção. Defenderemos que a ampla publicidade nos processos judiciais envolvendo agentes públicos é não só legal, mas deve também ser observada obrigatoriamente pelos Juízes, salvo excepcionalíssimas situações, sendo também conveniente no sentido de evitar interferências de poderes ocultos na atividade jurisdicional.

---

³ WERNER, Guilherme Cunha. Cleptocracia: Corrupção sistêmica e criminalidade organizada. In: PEREIRA, Eliomar da Silva; WERNER, Guilherme Cunha; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). *Criminalidade Organizada: Investigação, Direito e Ciência*. São Paulo: Almedina Brasil, 2017, p. 29.

Para tanto, no primeiro capítulo trataremos das diversas maneiras pelas quais o sigilo pode se manifestar no ordenamento jurídico, positivamente ou negativamente. Abordaremos as noções de sigilo, segredo e notoriedade, bem como os conceitos e razões de ser do segredo de justiça, do segredo profissional, sigilo jornalístico, sigilo de comunicações, de dados e documentos, fiscal e bancário, e o sigilo de Estado.

No segundo capítulo, procuraremos expor as firmes costuras que unem publicidade, democracia, liberdade de expressão, liberdade de pensamento. Não há democracia sem um povo muito bem informado sobre tudo o que acontece com o governo, sobre o que os agentes públicos fazem em seu nome ou supostamente em seu nome. Sigilo e poder não combinam. Na sequência, ainda no segundo capítulo, analisaremos e relativizaremos os argumentos contra a ampla publicidade processual que, em suma, criticam o sensacionalismo midiático, o populismo penal, a parcialidade dos Juízes nos casos de grande repercussão, e fazem alertas, a nosso ver bastante exagerados, quanto aos riscos de avanços totalitários.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, trataremos mais especificamente da suposta parcialidade dos Juízes nos casos de maior repercussão e defenderemos que a melhor forma de se garantir a imparcialidade do Judiciário não é por meio de limitações à publicidade processual ou restrições à atuação dos meios de comunicação, mas fortalecendo a independência dos magistrados e suas prerrogativas, qualidades que, paradoxalmente, ao contrário do que no curtíssimo prazo possa parecer, são minadas, no longo prazo, pelo chamado ativismo judicial, o qual, a despeito de envaidecer alguns Juízes ou de ser simplesmente negado por outros tantos, precisa ser combatido. A conscientização pode partir dos próprios Juízes, a despeito dos exemplos contrários que, por vezes, vêm de cima. A verdadeira independência funcional não pode ser desvirtuada e utilizada como justificativa para veiculação de idiosincrasias ou ideologias, por mais que se pretendam nobres.

No terceiro e último, abordaremos o tema da corrupção, trançando um panorama de sua gravidade no mundo e no Brasil especificamente. Analisaremos

o problema sob o ângulo sociocultural, da impunidade e do enraizamento nas instituições, criando hoje uma situação sistêmica. Proporemos ferramentas para o ataque a cada uma dessas dimensões da corrupção, cientes de que só o enfrentamento em todas as frentes pode oferecer uma solução adequada. Em seguida, trataremos das organizações criminosas e suas relações com a corrupção, bem como da Lei 12.850/13. Por fim, abordaremos especificamente a questão da ampla publicidade processual nos crimes envolvendo agentes públicos como sendo o principal instrumento contra a impunidade. Um instrumento plenamente adequado ao ordenamento, de observância obrigatória pelos Juízes salvo raras e efetivamente necessárias exceções, e útil para evitar a interferência externa na atividade jurisdicional. Adequado ao ordenamento, visto que congruente com os princípios da publicidade, da transparência, da proporcionalidade e com a própria ideia de democracia, a qual exige a onividência da sociedade em relação aos agentes de poder, não o contrário, residindo nessa inversão, isto é, na invisibilidade dos *arcana imperii*, o risco de totalitarismo. De observância obrigatória, tendo em vista o disposto no art. 93, IX, da CF/88 e tendo em vista que a população é a vítima do crime, a qual tem o direito de saber de tudo que toca à má utilização de seu dinheiro. Útil aos processos porque inibe, por meio da atenção constante da população, a audácia por parte de poderosos que queiram eventualmente “abafar” as investigações. A demonstrar que a ampla publicidade realmente tem um impacto no sentido de garantir o avanço da marcha processual, comentaremos três casos: “Operação Castelo de Areia”, “Mensalão” e “Operação Lava Jato”.

Dentro da ideia de que o Direito brota da consciência comum do povo e que varia, de tempos em tempos e de sociedade para sociedade, ainda que mantendo princípios essenciais, temos que é chegada a hora de o problema da corrupção, como contemporaneamente algo que atingiu um ponto insustentável, ser definitivamente atacado de forma contundente, com os sacrifícios que se fizerem proporcionalmente exigíveis, sem relativização de sua gravidade ou falsas prudências por detrás de cujas retóricas, por vezes, se escondem outros interesses, os de sempre. A impunidade é só um aspecto a ser solvido. Talvez sequer o mais importante. Mas precisa acabar.

CONCLUSÃO

A corrupção no Brasil é um problema enraizado, de extrema gravidade, que afeta sensivelmente a vida de dezenas de milhões de pessoas e que agride as bases de nossa democracia de forma patente.

Um esforço institucional e social para uma real e significativa minoração do problema se mostra premente e inadiável, ainda que não se tenha, racionalmente, esperanças de se erradicar totalmente uma mazela que sempre atingiu a humanidade e que ainda a atinge, mesmo em menor medida, até nos países mais desenvolvidos do mundo.

Esse esforço, com os sacrifícios que lhe são inerentes, encontra respaldo na consciência comum do povo brasileiro, o qual, mais do que simplesmente intuir sobre o tamanho da corrupção e sobre a gravidade dos prejuízos causados por ela, como em outras épocas, hoje os dimensiona de forma muito mais concreta.

O combate à corrupção, evidentemente, há de ser realizado em todas as frentes possíveis, não se imaginando uma saída simplista para o problema, por meio apenas e tão somente dos processos criminais. Mas, mesmo que não seja a única medida a ser tomada na luta contra a corrupção, como vimos ao longo deste trabalho, a impunidade é uma das facetas que devem ser enfrentadas.

Para tanto, é preciso uma Justiça capaz de entregar decisões de forma mais célere e especializada, o que por sua vez exige priorização e mais estrutura no que concerne aos crimes que envolvem corrupção em sentido amplo. O mesmo se diga em relação às Polícias e ao Ministério Público. Além disso, cremos que nossa atual legislação de execução penal pode ser melhorada, com alteração dos percentuais de progressão de regime, hoje excessivamente lenientes.

Nada disso adianta, em termos de combate à impunidade, se os processos não puderem chegar ao fim. Cremos, nesse sentido, que a anulação

de qualquer prova produzida em fase de inquérito ou judicial, deve considerar o princípio da proporcionalidade em face da gravidade dos fatos apurados e suas consequências, bem como a boa-fé, conforme o caso, da autoridade policial ou judicial que presidiu ou determinou a colheita da prova, para o que não se descarta a possível utilidade de inclusão de dispositivo expresso no Código de Processo Penal, a despeito de o atual ordenamento já autorizar, a rigor, referido entendimento. Não se mostra proporcional, a nosso ver, a anulação de um edifício probatório em um caso de apuração de crime grave e com grandes consequências sociais, por exemplo, por conta de uma fundamentação que, apesar de razoável e não teratológica, e sem qualquer suspeita de má-fé, foi menos fundamentada do que outro magistrado, em grau recursal, acharia ideal.

O mais importante elemento, contudo, para a chegada dos processos ao fim com julgamento de mérito em tempo razoável, acreditamos seja, no caso dos crimes envolvendo agentes públicos e pessoas influentes em escândalos de corrupção, a ampla publicidade processual.

Esta deve ser obrigatoriamente observada, conforme uma interpretação sistemática do ordenamento à luz da ideia contemporânea de democracia, em que o direito à intimidade protege o cidadão contra o Estado, mas não os agentes do Estado, ou que se relacionaram com o Estado e com as coisas públicas, contra os cidadãos, contra os contribuintes. Tudo que se relaciona com o Poder deve ser público. É por isso que se há de rejeitar os raciocínios que, invertendo essa lógica, enxergam riscos totalitários e de retrocesso democrático na publicidade que, na verdade, acaba por expor os segredos do poder.

Assim, considerando que nesses casos a população é a vítima, a ampla publicidade atenderá ao mais legítimo interesse público, o qual prevalecerá, nos termos do art. 93, IX, da CF/88, sobre a intimidade dos acusados. Não pode ser olvidado, outrossim, que a publicidade processual contribui em grande medida para a legitimidade da atuação judicial perante a população e viabiliza, desta forma, um maior controle, por meio da *accountability*, do exercício jurisdicional, ao mesmo tempo em que inibe iniciativas de interferências externas em favor dos donos do poder.

Acreditamos que a população brasileira tem dado contínuos sinais de saída de um estado de letargia para com os desmandos, rumo a uma maior participação na vida política, um melhor exercício da cidadania. Nesse contexto, a corrupção sistêmica é algo que a sociedade não está mais disposta a tolerar. Os resultados da ação penal 470 e da “Operação Lava Jato” sinalizam tempos de mudança positiva, dentro de uma cultura de transparência crescente que, a nosso ver, longe dos exageros quanto às supostas consequências nocivas do “populismo penal midiático”, abre, na verdade, ensejo para um maior respeito à coisa pública e para uma aplicação menos seletiva do Direito Penal, com efetividade independentemente de quem seja o réu.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Trad. Cristiano Martins. 8ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. Os Direitos do Preso e a Mídia. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 114, ano 10, p. 7-10, maio 2002.

AZEVEDO, André Mauro Lacerda. Direito Penal e emoções: A influência da personalidade na formação da culpa jurídico-penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº 101, ano 21, p. 97-124, março/abril de 2013.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Processo Penal*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BARROS, Carmem Silvia de Moraes; CASTANHEIRA, Beatriz Rizzo; PODVAL, Roberto. Ninguém é cidadão. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 114, ano 10, p.1, maio 2002.

BARROS JUNIOR, Mario. *A fantástica corrupção no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1982.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação Constitucional como interpretação específica. In: CANOTILHO, J.J. Gomes et al (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma antiga*. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta, 2017.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BECKER, Gary Stanley. Crime and Punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, Vol. 76, 1968.

BETTI, Francisco de Assis. *Aspectos dos crimes contra o sistema financeiro no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. Vol. 1. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____; BUSATO, Paulo César. *Comentários à Lei de Organizações Criminosas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. *O Juiz*. 3ª ed. Campinas, SP: Millennium, 2002.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. In: PEDRINA, Gustavo Mascarenhas Lacerda (org.). *AP 470: Análise da intervenção da mídia no julgamento do mensalão a partir de entrevistas com a defesa*. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 247-254.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Democracia e segredo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

_____. *O futuro da democracia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

BUDÓ, Marília Nardin. Mídia e teoria da pena: crítica à teoria da prevenção geral positiva para além da dogmática penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº 101, ano 21, p. 389-428, março/abril de 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAMAJ, Lindita. The midia's role in fighting corruption: media effects on governamental accountability. *The international journal of press/politics*, Vol. 18, p. 23/41, 2013.

CARVALHO, Olavo de. *O Imbecil Coletivo I*. São Paulo: É Realizações, 2006.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Mídia, Violência e Sistema Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº 42, ano 11, p. 225-235, jan/mar de 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

_____.et al. (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 99.

_____. O Direito como parte da Ética. In: ALVES, Alaôr Caffé et al. *O que é a filosofia do Direito?* Barueri, SP: Manole, 2004, p.1-10.

COPETTI, André. Comentário ao art. 5º, LX, da Constituição Federal de 1988. In: CANOTILHO, J.J. Gomes et al. (Coord.) *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORÇÃO, Gustavo. *O Século do Nada*. Rio de Janeiro: Record, 1973.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. *O Direito de estar só: Tutela penal da intimidade*. São Paulo: RT, 1970.

CRUZ, Erica Marcelina. *Prisão cautelar: A influência da mídia na sociedade e na decisão judicial*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Publicidade e Sigilo no Processo Penal Moderno*. Doutrina 9, do Instituto do Direito, 2000, disponível em <http://www.clubjus.com.br/cbjur.php?artigos&ver=2.23560>, acesso em 25.04.2017.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. O guardião da Constituição e sua Legitimidade ou Ativismo Judicial. Entre a fórmula vazia e o sinal de alerta. In: KIM, Richard Pae; PRETTO, Renato Siqueira De; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. *Interpretação constitucional no Brasil*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017.

DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *O Poder dos Juízes*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DALRYMPLE, Theodore. *A Vida na Sarjeta*. São Paulo: É Realizações, 2014.

DECUGIS, Henri. *Les Étapes du Droit: Des Origines a nos Jours. Tome I*. Paris: Libraire du Recueil Sirey, 1946.

DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR, Roberto; DELMANTO, Fabio de Almeida. *Leis Penais Especiais Comentadas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DE SANCTIS, Fausto Martin. *Delinquência econômica e financeira*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DIP, Ricardo Henry Marques. *Notas sobre Notas - Tema VIII: Do princípio notarial da legalidade - Terceira Parte*, 2016, disponível em <http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw%3D%3D&iN=Nzk0MA%3D%3D>, acesso dia 25.04.2017.

_____; MORAES JR, Volney Correa Leite de. *Crime e Castigo: Reflexões politicamente incorretas*. Campinas, SP: Millennium, 2002.

_____. *Tradição, Revolução e Pós-Modernidade*. Campinas: Millenium, 2001, p. XI-XII.

DOTTI, René Ariel. *Proteção da vida privada e liberdade de informação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980

EIRAS, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, André Gonçalves. *Ensinando e aprendendo o Direito com o método do caso: Bases epistemológicas e metodológicas*. 2ª ed. Bauru, SP: Edipro, 2018.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. *A democracia no limiar do século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 86.

_____. *Curso de Direito Constitucional*. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

FRIGERIO, Gianstefano. *O outro lado da operação mãos limpas – a Europa e as Américas após a queda do marxismo*. Trad. Claudio Maltese. São Paulo: Maltese, 1994.

GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo; DOUGLAS, William. *Crime organizado e suas conexões com o Poder Público*. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza de. *Populismo Penal Midiático: Caso Mensalão, Mídia Disruptiva e Direito Penal Crítico*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Comentários aos artigos 1º e 2º da Lei 12.850/13*. Disponível em <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932382/comentarios-aos-artigos-1-e-2-da-lei-12850-13-criminalidade-organizada>, acesso em 17.11.2018.

_____; CERVINI, Raúl. *Interceptação Telefônica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES, Marcus Alan de Melo. Mídia, Poder e Delinquência. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 238, ano 20, p. 4, setembro/2012.

GONZAGA, João Bernardino. *Violação de Segredo Profissional*. São Paulo: Max Limonad, 1976.

GORDON, Flavio. *A corrupção da inteligência: intelectuais e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GRAU, Eros Roberto. O direito posto, o direito pressuposto e a doutrina efetiva do direito. In: ALVES, Alaôr Caffé et al. *O que é a Filosofia do Direito?* Barueri, SP: Manole, 2004, p. 33-50.

GRECO, Rogério. *Código Penal Comentado*. 11ª ed. Niteroi, RJ: Impetus, 2017.

GRECO FILHO, Vicente. *Interceptação Telefônica*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Comentários à Lei de Organização Criminosa*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

HASSEMER, Winfred. *Três temas de direito penal*. Porto Alegre: Publicações Fundação Escola Superior do Ministério Público, 1993.

HEMINGWAY, Ernest. *Por quem os sinos doam*. Trad. Luís Paezê. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudia. *Comentários ao Código Penal: Vol. I. Tomo I*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

KEHDI, André Pires de Andrade. Sigilo da Ação Penal. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal: Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

KIM, Richard Pae. Pós-positivismo e alguns paradoxos sobre a interpretação constitucional. In: ____; PRETTO, Renato Siqueira De; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. *Interpretação constitucional no Brasil*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 60.

LEITE, Fabio Carvalho. *Estado e Religião: A liberdade religiosa no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2014.

LEITE, Glauco Costa. *Corrupção Política: mecanismos de combate e fatores estruturantes no sistema jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do Processo Coletivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACHADO, André Augusto Mendes; KEHDI, André Pires de Andrade. Sigilo das Comunicações e de dados. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal: Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses Difusos: Conceito e legitimação para agir*. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Por um Judiciário mais forte*. In: LEMBO, Claudio; CAGGIANO, Monica Herman; ALMEIDA NETO, Manoel Carlos de (coordenadores). *Juiz Constitucional – Estado e poder no século XXI*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal: vol. I*. Campinas, SP: Millennium, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2016.

MATTOS, Diogo Castor de. *A seletividade penal na utilização abusiva do habeas corpus nos crimes do colarinho branco*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Jacarezinho da Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2015. Disponível em https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/02/1_379351238367510752.pdf, acesso em 20.11.2018.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: Meio Ambiente, Consumidor, Patrimônio Cultural, Patrimônio Público e outros interesses*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____; STRECK, Lenio Luiz. Comentário ao art. 93 da Constituição Federal de 1988. In: CANOTILHO, J.J. Gomes et al. (Coord.) *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MILL, Stuart. *Sobre a Liberdade*. Tradução de Ari Tank Brito. São Paulo: Hedra, 2011

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo III*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Maurício Zanoide de. Publicidade e Proporcionalidade. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal – Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MOREIRA, Reinaldo Daniel. Mídia, Liberdade de Expressão e Direito Penal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 183, ano 15, p. 8, fevereiro/2008.

MORO, Sérgio Fernando. Considerações sobre a operação mani pulite. *Revista CEJ*, Brasília, nº 26, p. 56-62, jul./set. 2004.

NAHAT, Ricardo. *Anatomia da Corrupção*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1991.

NOGUEIRA, Pedro Henrique. In: WAMBIER, Teresa Arrua Alvim; DIDIER JR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. *Leis Penais e Processuais Comentadas. Vol. 1*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Manual de Direito Penal*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Trad. Felipe Denardi. Campinas, SP. Vide Editorial, 2016.

ORWELL, George. *1984*. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIVA, Caio Cezar de Figueiredo. Observações sobre os casos penais de 2012: imprensa, projetos de lei e jurisprudência. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº101, ano 21, p. 463-484, março/abril de 2013.

PASCHOAL, Janaina Conceição. *A lei que pode aumentar a corrupção*. Folha de São Paulo, p. 3, 04.02.2014.

_____. *Corrupção mata*. Folha de São Paulo, p. 3, 26.12.2013.

_____. *Direito Penal – Parte Geral*. Barueri, SP: Manole, 2003.

PEREIRA, Flávia Rahal Bresser. *A publicidade no processo penal brasileiro: confronto com o direito à intimidade*. Dissertação de mestrado em Direito Processual Penal apresentada ao Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *Processo Penal: Quando Publicidade e Sigilo Oprimem*. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 214, p. 11, Setembro de 2010.

PEREIRA, Merval. *Mensalão: O dia a dia do mais importante julgamento da história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo Judicial: Parâmetros Dogmáticos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RÃO, Vicente. *O Direito e a Vida dos Direitos*. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

REALE JUNIOR, Miguel. A inconstitucionalidade da quebra de sigilo bancário estabelecido pelas Leis Complementares 104/2001 e 105/2001. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº 39, ano 10, p. 251-263, jul.-set. 2002.

_____. *Instituições de Direito Penal: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2013

RIBEIRO, Haroldo V. et al. The dynamical structure of political corruption networks. *Journal of Complex Networks*, Oxford, p. 1-15, jan. 2018.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. Mensalão: Liberdade, injusto massacre da imprensa e algum testemunho pessoal. In: PEDRINA, Gustavo Mascarenhas Lacerda (Org.). *AP 470 – Análise da intervenção da mídia no julgamento do mensalão a partir de entrevistas com a defesa*. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 21-30.

ROIO, José Luiz Del. *Itália Operação Mãos Limpas e no Brasil? Quando?* São Paulo: Icone, 1993.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The political economy of corruption. In: ELLIOT, Kimberly Ann. *Corruption and the global economy*. Washington, DC: Institute for international economics, 1996, pp. 31-60, disponível em <https://vdocuments.site/a-economia-politica-da-corrupcao.html>, acesso em 13.11.2018.

SAMPAIO, José Adércio Leite. Comentário ao art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988. In: CANOTILHO, J.J. Gomes et al. (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Bruna Solange Diogo. *O Segredo de Justiça*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Autônoma de Lisboa, 2014.

SCHEDLER, Andreas. Por um conceito de accountability. In: DIAMOND, Larry (org). *2º Coletânea da democracia*. Trad. Patrícia Helena Rubens Pally, Vitor Adriano Liebel, Marcelo Oliveira da Silva, Zora Morgenthaler. Curitiba: Ed. Atuação, 2017.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

_____. Direito e Mídia. In: _____ et al (Coord.). *Direito e Mídia*. São Paulo: Atlas, 2013.

SEPÚLVEDA, Pertence. STF. Questão de Ordem no Inquérito 503/RJ. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadordpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=80730>, acesso em 20.11.2018.

SHAKESPEARE, William. *Timão em Atenas*. Disponível na íntegra em <https://shakespearebrasileiro.org/pecas/timon-of-athens/>, acesso em 12.11.2018.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão: introdução notas e comentários de Olavo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA, Danielle Souza de Andrade e. Sigilo interno e externo da investigação criminal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, nº 177, ano 15, p. 12, agosto 2007.

_____; LEITE, Rosimeire Ventura. Sigilo Financeiro e a Produção da Prova Criminal. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal: Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de Política*. São Paulo: Quieroz Editores, 1998.

SOUZA, Artur César de. *A decisão do juiz e a influência da mídia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SOUZA, Diego Fajardo Maranha Leão; LEITE, Rosimeire Ventura. Sigilo no Processo Criminal e o Interesse Público. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal: Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SOUZA, Luciano Anderson de; FERREIRA, Regina Cirino Alves. Discurso Midiático Penal e Exasperação Repressiva. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 94, ano 20, p. 363-380, jan-fev. 2012.

SOBRINHO, Mario Sergio; LACAVA, Thaís Aroca Datcho. Sigilo Profissional e a Produção de Prova. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. *Sigilo no Processo Penal: Eficiência e garantismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. Comentário ao art. 5º, XII, da Constituição Federal de 1988. In: CANOTILHO, J.J. Gomes et al. (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

TAVARES, André Ramos. *Reforma do Judiciário no Brasil Pós-88*. São Paulo: Saraiva, 2005.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *Iniciação na Ciência do Direito*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. Dignidade da pessoa humana e liberdade. Crítica ao desprestígio da autonomia privada. In: KIM, Richard Pae; PRETTO, Renato Siqueira De; _____. *Interpretação constitucional no Brasil*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017.

_____. Mutaço Constitucional e ativismo judicial. *Cadernos Jurdicos da Escola Paulista da Magistratura – Direito Constitucional*, ano 16, n40, 115-130, abril/junho 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democrcia na Amrica*. Traduo de Neil Ribeiro da Silva. So Paulo: Folha de So Paulo, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. 13 ed. So Paulo: Saraiva, 2010.

VALIM, Rafael. O direito fundamental de acesso informao pblica. In: *Acesso informao pblica*. _____; MALHEIROS, Antonio Carlos; BACARIA, Josephina (coord.). Belo Horizonte: Ed. Frum, 2015.

VIEIRA, Ana Lcia Menezes. *O Sigilo da Fonte de Informao Jornalstica como Limite Prova no Processo Penal*. Braslia: Gazeta Jurdica, 2015.

_____. *Processo Penal e Mdia*. So Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

VIGO, Rodolfo Luis. *Interpretao jurdica: Do modelo juspositivista-legalista do sculo XX s nossas perspectivas*. Trad. Susana Elena Dalle Mura. 2 ed. So Paulo: RT, 2010.

VOEGELIN, Eric. *Ordem e histria*. Vol. II. Trad. Luciana Pudenzi. 3 ed. So Paulo: Loyola, 2015.

WALLIN, Claudia. *Um pas sem excelncias e mordomias*. So Paulo: Gerao Editorial, 2014.

WERNER, Guilherme Cunha. Cleptocracia: Corrupo sistmica e criminalidade organizada. In: PEREIRA, Eliomar da Silva; WERNER, Guilherme Cunha;

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). *Criminalidade Organizada: Investigação, Direito e Ciência*. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

_____. Isenção política na Polícia Federal: A autonomia em suas dimensões administrativa, funcional e orçamentária. In: *Revista Brasileira de Ciências Políticas*. Brasília, V.6, nº 2, pp. 17-63, jul/dez 2015.